

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

# G BOLETIM GOIANO.de eografia

INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

---

VOL 9/10 Nº 1/2 - JAN/DEZ 1989/1990



**A AGRICULTURA SOB O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:  
UM CASO BRASILEIRO - CATALÃO(\*)**

JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES STACCIARINI(\*\*)  
Profa. MARIA JOSÉ REZENDE BARRETO (\*\*\*)

**INTRODUÇÃO**

Os diferentes meios da superfície terrestre, os variados estágios de desenvolvimento agrícola e as inúmeras possibilidades de cultivo e criação permitem centenas de combinações diferentes sob as quais se pode apresentar uma conceituação sobre a agricultura. Uma primeira tentativa é procurar o seu significado etmológico, que corresponde a trabalho (cultura) do campo (agri), arte de cultivar os campos. Entretanto, esse conceito precisa ser ampliado, pois a agricultura engloba outras formas de atividades além da lavoura, tais como a arboricultura, silvicultura, a criação de gado e até a psicultura. Numa definição bastante ampla, René Du mont diz que "a agricultura pode ser definida como a transformação do meio rural feita pelo homem". Entretanto, é preciso pormenorizar mais o sentido de transformação do meio rural. Uma definição muito citada é a de Zimmermann onde "o termo agricultura abarca os esforços produtivos, mediante os quais o homem sedentário trata de aproveitar e, se possível, melhorar e acelerar o ciclo vegetativo natural das plantas e animais, a fim de obter os produtos necessários ou desejados".

Entretanto, nem todas as definições de agricultura

---

(\*) Trabalho apresentado ao Curso de Bacharelado em Geografia  
(\*\*) Professor de Geografia do Campus Avançado da UFG em Catalão  
(\*\*\*) Orientadora

pressupõem a existência de homem sedentário. A lavoura sobre cinzas, por exemplo, efetuada nas florestas tropicais ou savanas é essencialmente itinerante. Por outro lado, assim como a agricultura itinerante, o pastoreio nômade feito em pastagens naturais não deve ser excluído da agricultura.

A agricultura altera o comportamento biológico das plantas e animais, diferenciando-se assim da coleta. Porém, em muitas áreas do Globo Terrestre temos a mudança do estágio da coleta para a agricultura através da prática da lavoura. Quando isto acontece o homem está passando de coletor para agricultor.

Vale acrescentar que existem atividades agrícolas que se aproximam da atividade industrial pela existência de usinas associadas a lavoura e pecuária e pela criação de técnicas científicas e métodos modernos de administração.

Diante destes conhecimentos devemos ver a agricultura como um conjunto de elementos que interagem com o objetivo de obter produtos.

Devemos entendê-la, portanto, como um sistema bioeconômico cujo fim é o controle da natureza pelo homem, através da utilização racional dos meios de produção e da força de trabalho humano.

Apesar do grande desenvolvimento industrial e da expansão urbana, a agricultura representa papel fundamental no mundo de hoje. O desenvolvimento científico e tecnológico vem alterando seus padrões tradicionais, porém ela continua responsável pela alimentação da humanidade.

Muitos países já se encontram em estágios adiantados de desenvolvimento urbano e sobretudo industrial. Os Estados Unidos, por exemplo, tem mais de 80% de sua população total residindo em áreas urbanas e possui aproximadamente 36% de sua população economicamente ativa empregada no setor secundário (indústrias em geral) de sua economia. Entretanto, se isto acontece em alguns países, por outro lado devemos lembrar que a maioria é ainda essencialmente agrícola, e é para esta atividade que se dirigem os olhos do grande contingente humano que busca condições de subsistência.

O Brasil, apesar de seu intenso processo de urbanização, iniciado em 1940, ainda possui 30% de sua população economicamente ativa trabalhando no setor primário de sua economia.

Assim, o conhecimento científico da agricultura reveste-se de considerável importância no mundo atual mesmo porque não se pode pensar na agricultura apenas como meio de subsistência. Ela deve ter papel de destaque no processo global de desenvolvimento das nações.

O aumento da demanda de oleaginosas e outros produtos para fins industriais, bem como a transferência, direta ou indireta, de capital do setor agrícola para o setor industrial através de amplas ligações inter-setoriais, como aconteceu na fase de implantação das primeiras indústrias brasileiras, são exemplos claros do destaque que a agricultura pode ter no processo de desenvolvimento dos países.

## CAPÍTULO I - AGRICULTURA E CAPITALISMO

### 1. AGRICULTURA SOB O CAPITALISMO CONCORRENCIAL

Nesta primeira fase do capitalismo, assenhoreando-se no comércio internacional, o capital foi dominando, simultaneamente, o mundo todo. E essa dominação não se deu sempre pela expansão, nessas áreas novas, da produção de mercadorias, através de relações especificamente capitalistas, pois a etapa da produção imediata e de distribuição, na maioria das vezes, não eram especificamente capitalistas, restando apenas as etapas da circulação e do consumo como verdadeiramente capitalistas.

De um modo geral, a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas. Neste caso, com a articulação com o comércio capitalista, foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias e do escravismo produtor de mercadorias; também a manutenção das próprias relações feudais e a articulação

do capitalismo com as formas de produção calcadas no despotismo oriental, bem como outras formas comunitárias de produção. Assim, o capitalismo submeteu os povos da Ásia, da América e da África (Imperialismo) aos seus interesses comerciais (Relações Colônias - Metrópolis), extraíndo excedentes para a realização da "acumulação primitiva" do capital.

Foi principalmente em função dos interesses comerciais da Inglaterra, por exemplo, que o tráfico de escravos constituiu uma atividade rentável por vários séculos, espalhando pelo Novo Mundo (inclusive Brasil) a produção escravista de mercadorias (cana-de-açúcar e outros produtos), onde até mesmo o próprio escravo era mercadoria.

A partir do momento que, por pressão, sobretudo inglesa, o tráfico de escravos, ironicamente, foi extinto e a escravidão proibida, muitas foram as formas encontradas pelo capital internacional para continuar o processo de dominação dos povos de muitos lugares do mundo.

No Brasil, que foi o último país latino-americano a abolir a escravidão, o colonato foi implantado dentro desse contexto, a partir da segunda metade do século XIX, para superar a crise do trabalho escravo, e como tal caracterizando-se, de forma ampliada, como trabalho livre.

Enquanto nas várias partes do mundo confirmava-se a hegemonia do comércio na determinação das relações de produção desse período, na Europa, as cidades cresciam, a base alimentar da população era alterada com a ampliação da produção de carnes e o desenvolvimento da divisão do trabalho, fruto da Revolução Industrial em marcha, que respondia por uma maciça introdução de máquinas no setor agrícola.

Em consequência desse conjunto de fatores aumentava o total da produção e crescia a produtividade média por hectare da produção agrícola européia.

Essa espécie de idade de ouro da agricultura européia durou até o último quartel do século XIX, quando a concorrência dos produtos importados (das colônias e dos EUA) no seio de uma

economia já mundializada pela indústria de exportação trouxe consigo o processo de estrangulamento dessa mesma produção agrícola.

## 2. A AGRICULTURA SOB O CAPITALISMO MONOPOLISTA

As consequências da crise a que a agricultura europeia foi submetida em fins do século XIX e início do século XX foram variadas (fragmentação do solo, ampliação do número de cooperativas, etc) mas todas elas criaram as condições para as alterações estruturais que vão comandar a agricultura na etapa monopolista do capitalismo.

A agricultura foi drenada nos dois extremos do processo produtivo: na do consumo produtivo, pelos altos preços que teve e tem que pagar pelos produtos industrializados (maquinaria e insumos), e na circulação, onde é obrigada a vender a sua produção a baixos preços. O endividamento constante é o resultado desse balanço desfavorável.

Desta maneira, o desenvolvimento da agricultura no século XX vai ser marcado por uma realidade contraditória, pois se por um lado temos a sua expansão por aqueles setores de mais alta rentabilidade (avicultura, reflorestamento, etc) e por aqueles setores onde capitalistas e proprietários da terra unificam-se em uma mesma pessoa, entretanto, no geral o capital tem atuado no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital.

É em função dessa estratégia do capital monopolista com relação à agricultura que grandes monopólios industriais optaram por submeter os camponeses. Dessa forma, de certo modo abriram espaço para a produção camponesa, fazendo surgir um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo.

É por isso que pesquisas recentes têm registrado uma forte presença do trabalho camponês no conjunto das explorações agrícolas de muitos países do mundo (Tabela 1), trabalho esse com um aumento violento de sua produtividade responde pelo processo vertiginoso de transferência de renda (sobretabalho) da agri-

cultura camponesa para o capital financeiro (industriais e banqueiros).

TABELA 1 - CAMPONÊS PRODUTOR (ESPECIALIZADO) DE MERCADORIAS

PAÍSES	Nº RELATIVOS (%)
Irlanda	99
Grécia	96
Noruega	93
Japão	81
EUA	80

FONTE: AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas  
A Questão Agrária e o Capitalismo  
Paz e Terra, 1977.

## CAPÍTULO II - A AGRICULTURA BRASILEIRA

Feita as considerações gerais sobre a agricultura no Modo de Produção Capitalista e, tendo em mente que a realidade da agricultura do município de Catalão(GO) depende em muito da formação econômico-social brasileira, voltamos agora nossa atenção para a abordagem histórica da agricultura brasileira. Porém, antes disso começar devemos aqui lembrar que o Brasil é um país capitalista subdesenvolvido e, que desde o seu descobrimento, de maneira direta ou indireta, as suas terras estiveram, com os produtos aqui extraídos ou produzidos, vinculados ao sistema de trocas internacionais. Assim sendo, a presente parte do trabalho deve ser entendida como item inerente e importante do estudo geral da agricultura sob o Modo de Produção Capitalista.

Diante do diagnóstico que a modernização recente da agricultura brasileira (diferente de desenvolvimento sócio-econômico) tem uma história para lhe explicar, devemos começar entendendo

o contexto histórico do Brasil Colônia e sua importância para a compreensão do atual quadro da agricultura brasileira.

O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares, denominado sesmarias, as quais responderam pelo surgimento dos latifúndios escravistas.

Todas as atividades produtivas da Colônia giravam em torno da agricultura e do comércio. O latifúndio escravista produzia para exportar e o produto mudava de acordo com o interesse da Metrópole: primeiro o açúcar, que com o aumento das plantações foi largando de ser produto de luxo para tornar-se de uso comum. Depois, no fim da escravidão (1888) o café figurava como principal produto na pauta de exportação. Assim, a exportação da produção, aliada à importação de escravos, é que garantia a lucratividade dos capitais comerciais metropolitanos.

O latifúndio escravista era o eixo de atividade econômica da Colônia, definindo as duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos. Mas em torno deles havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros libertos que não eram escravos, de índios e de mestiços, que desempenhavam uma série de atividades. Vários eram "técnicos" empregados nos próprios latifúndios (contadores, capatazes, etc). Outros se dedicavam ao pequeno comércio. E outros ainda eram agricultores: ocupavam certos pedaços de terras, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos.

Na maioria das vezes a produção de alimentos era feita por pequenos agricultores, que pagavam uma renda ao proprietário pela utilização de suas terras. Outras vezes, a produção de alimentos era feita pelos próprios escravos nos seus "tempos livres" (domingos, feriados e após o término da jornada de trabalho).

Mas a produção de alimentos do latifúndio variava muito em função do preço do seu produto principal destinado à exportação. Desta maneira, quando o preço do açúcar (e mais tarde do café) subia no mercado mundial, todas as terras e os escravos eram



utilizados para expandir a sua produção, diminuindo assim a produção de alimentos. Nesses períodos havia fome na Colônia e as autoridades estimulavam os pequenos agricultores a expandirem sua produção.

No fim do período colonial (início do século XIX), a extinção do regime de sesmarias, aliado à ausência de outra legislação regulando o passe das terras devolutas, provoca uma rápida expansão dos sítios desses pequenos produtores.

Em 1850, sob pressão da Inglaterra - agora interessada num mercado comprador para seus produtos manufaturados - O Brasil proíbe o tráfico negreiro.

Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia conviver com terras de "acesso relativamente livre". Mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada para continuar garantindo a força de trabalho a baixos preços para os latifúndios. Assim, ainda em 1850, cria-se uma nova legislação definindo o acesso à propriedade (Lei de Terras) que ditava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e a venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Feito isso restringiu, por um lado, o acesso às terras apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. Por outro lado, criaram-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista vigente até então.

Com a decadência do sistema latifundiário - escravista, começa a se consolidar no país, após 1888, um segmento formado por pequenas fábricas. Embora bastante incipiente, esse princípio de industrialização, e a conseqüente urbanização daí decorrente, começa a provocar alterações na produção agrícola. Consolida a produção mercantil (âmbito de mercado) de alimentos fora das grandes fazendas de café. Além da produção de alimentos, os pequenos produtores da agricultura têm também agora a possibilidade de produzir matérias-primas para as indústrias nascentes (como, por exemplo, o algodão, o tabaco, etc.), uma vez que o latifúndio continua a monopolizar a produção destinada à exportação - o café.

As alterações de preço dessa cultura provocam crises periódicas durante o início do século XX, culminando em 1932, ano em que se dá o auge dos reflexos da crise mundial do sistema capitalista (1929) sobre o setor cafeeiro do Brasil.

No período que se estende de 1933 (Governo de Getúlio Vargas) a 1955 o setor industrial vai-se consolidando paulatinamente e a indústria gradativamente vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital do país, que vai se tornando cada vez mais urbano. Durante esta fase a industrialização se faz pela "substituição das importações". Um determinado produto, que era comprado no exterior, passa a ter a sua produção estimulada no país através de barreiras alfandegárias, que incluíam desde impostos elevados até a própria proibição da importação. Mas vai ficando cada vez mais difícil essa substituição. Se antes eram tecidos, louças, chapéus, agora são eletrodomésticos, carros que precisam ser produzidos internamente.

E para isso se faz necessário primeiro implantar a indústria pesada no país: siderurgia, petroquímica, material elétrico, etc., o que é feito no Governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961).

Resolvido o problema da indústria, vai-se iniciar o que podemos chamar de industrialização da agricultura, que vai responder pela expansão do capitalismo na agricultura através de formas cada vez mais modernas.

A subordinação da agricultura à indústria e ao capital financeiro, a partir de 1960, fez com que ela deixasse de ser uma atividade dependente apenas das condições naturais de solo e clima, para ser cada vez mais da indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, rações, etc), da indústria de máquinas e equipamentos e da indústria processadora de produtos agrícolas.

Essas novas relações entre a agricultura e a indústria vão além da utilização, pela primeira, das mercadorias produzidas pela segunda. Entre outros aspectos, elas significam a formação de diversas empresas (conglomerados) que atuam em diferentes setores da economia e que começam a investir na agricultura. O grupo econômico Bradesco, por exemplo, possui 11 empresas de caráter

agropecuário entre o total de suas 59 empresas.

O processo de subordinação da agricultura à indústria e ao capital financeiro tem três características centrais.

A manutenção de uma estrutura fundiária concentrada da posse da terra; que é a primeira característica brasileira, isto porque, ocorreu e ocorre um processo acelerado de apropriação de imensas áreas de terras ("fechamento da fronteira agrícola") que antes não tinham dono e que agora devido as obras de infra-estrutura (estradas por exemplo) são apossadas principalmente pelos "novos" proprietários, os quais, na maioria das vezes, estão ligados aos grandes grupos econômicos e aos especuladores que mantêm as terras quase totalmente improdutivas ("reservas de valor")

Essa desigualdade extrema na distribuição da terra condiciona o sistema de produção e a própria distribuição da renda e do poder político no Brasil. Exemplo claro disso é o forte grupo formado dentro da Assembléia Nacional Constituinte (1987/1988), sob o comando da União Democrática Ruralista (UDR), para defender os interesses particulares dos grandes proprietários de terras no país.

Quanto a alteração da base técnica da produção, que é a segunda característica central do processo de subordinação da agricultura à indústria e ao capital financeiro, é indispensável lembrar que as mudanças determinadas pela indústria na forma de produzir obrigou a agricultura a se submeter aos padrões tecnológicos impostos.

São duas as formas de ocorrência dessa imposição. A primeira ocorre quando a agricultura passa a ser consumidora de produtos industriais, o que torna a agricultura tão dependente da indústria, que se fala em "pacotes tecnológicos", onde a utilização de uma técnica leva a outra, e assim por diante.

A segunda forma para imposição de padrões à agricultura acontece quando esta fornece matéria-prima para a agroindústria. A indústria exige certo tipo de produto, regularidade no fornecimento, qualidade sanitária, etc.

Como terceira característica, acompanhando o proces

so de subordinação da agricultura à indústria e a utilização de inovações tecnológicas, temos a alteração também das relações de trabalho da agricultura.

A primeira observação é que, nos últimos anos, a produção agropecuária cresceu, mas o oferecimento de emprego na agricultura não. O crescimento ficou por conta das inovações tecnológicas.

A segunda é que com a expansão capitalista no campo aumentou e difundiu a utilização de formas de emprego temporário.

Como exemplo de forma de emprego temporário na agricultura temos o trabalho nômade e o sistema de empreitada encontradas nas culturas da cana, café, algodão e outros mais. Essas formas de emprego ganharam a preferência dos empregadores porque esse tipo de mão-de-obra e essa forma de contrato de trabalho, além de lhes permitirem reduzir sensivelmente as despesas de produção, ainda lhes possibilitam evitar o pagamento de tantos outros gastos exigidos por diversas obrigações legais, que eles deixam de cumprir. Em decorrência disto, as condições de vida e de trabalho do proletariado nômade se tornam cada vez mais insuportáveis, pois esta relação de trabalho "volante", dada a sua natureza de trabalho por tarefa e agravada pelo desamparo legal, induz às mais variadas formas de exploração e aviltamento dos trabalhadores rurais. Os "Volantes" obrigam-se a um trabalho estiolante, seja pela duração da jornada de trabalho, seja pela intensidade do ritmo da produção que se impõem, ainda, pelas condições precárias e penosas do transporte diário. A isto se alia todo um sistema de intermediação que implica reduções da remuneração dos trabalhadores em favor dos "gatos" (empreiteiros de mão-de-obra) que, na maioria das vezes, são os responsáveis pelo agrupamento e organização das turmas de trabalho. Além do mais, para manterem uma remuneração mínima necessária, os "Volantes" se vêem na contingência de utilizarem a força de trabalho precoce de filhos menores que se submetem às mesmas condições extenuantes do trabalho adulto.

Feitas as considerações sobre as novas relações entre a agricultura e a indústria, devemos lembrar que para que essas se desenvolvessem, foram necessárias políticas econômicas que possibilitam o financiamento dessa modernização.

O Estado através de diferentes órgãos criados procurou desenvolver políticas, durante os últimos 20 anos, visando a geração de condições gerais nas diversas regiões brasileiras, que abrissem caminho à expansão do capitalismo.

Foram implementados mecanismos que combinaram os métodos repressivos com os técnicos e financeiros, de modo a garantir a legitimidade da ação governamental, junto às populações afetadas.

Em 1970, por exemplo, é implementado um conjunto de normas que deu origem ao Poloamazônia, órgão este que através de incentivos fiscais estimulava a criação de imensas fazendas pelo grande capital nacional e estrangeiro na região da amazônia legal. Produziu-se, desta maneira, o problema de concentração fundiária numa região que, por ser nova (em termos de ocupação) poderia ter desenvolvido outras formas mais democráticas de apropriação da terra.

A tabela colocada a seguir dá-nos uma idéia sobre a alta concentração de terras nas mãos de poucos proprietários na região norte do país.

TABELA 2 - ALGUNS DOS MAIORES PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NA REGIÃO NORTE DO PAÍS

PROPRIETÁRIOS	ÁREA (1000ha)	ESTADO
Col. Agrop. SP/AM	300	Acre
Jari	455,2	Pará
Tohory Okayama	870,4	Acre
Nicolau Lunardelli	928,8	Pará
Mustafa Said	1.074,5	Amazonas
Oscar Martinez	1.315,6	Amazonas
Agrop. Rio Cajari	1.674,3	Pará
Aplub	2.245,6	Amazonas
Pedro A. Dotto	2.360,2	Acre
Manasa	4.302,2	Amazonas

FONTE: REVISTA DO TERCEIRO MUNDO - Outubro/1985

No caso do Nordeste, um dos instrumentos mais utilizados para promover a modernização da agricultura foi o PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste. Esse programa acabou destinando na década de 70, 90% de seus recursos para financiar investimentos rurais, agroindustriais e aquisição de insumos.

Outro fundo utilizado foi o FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste - que favoreceu unicamente as grandes propriedades, dando ênfase aos incentivos à pecuária. Assim, apesar de possuir uma larga tradição de pequena produção de alimentos, o agrordestino foi sendo transformado em áreas de pastagens e pecuária extensiva.

Embora as conseqüências sociais das políticas adotadas pelo governo brasileiro sejam visíveis, o Estado que detém os meios, os recursos políticos e financeiros, ignorou esse lado da questão. Tomando como exemplo as migrações campo-cidade, vemos que elas cumpriram uma função dentro do modelo industrializante que estava sendo montado. Era necessário ao Capitalismo contar com um amplo "exército industrial de reserva", que fornecesse mão-de-obra suficiente nos momentos de alta produção e que mantivesse um fluxo permanente de oferta de mão-de-obra barata durante todo o ciclo econômico. O resultado disso é que o desenvolvimento capitalista no Brasil, em especial na agricultura, foi responsável nas décadas de 70 e 80, por um movimento migratório de aproximadamente 18 milhões de pessoas - IBGE. Deste contingente de pessoas, o maior fluxo migratório se dirigiu para os grandes centros urbanos e industriais da Região Sudeste, criando o fenômeno tão intensamente comentado pelos estudiosos da questão urbana brasileira, conhecido como "Macrocefalismo" - (inchaço das grandes cidades).

No que diz respeito à produção de alimentos, essa nunca foi e não é uma preocupação real dos governantes. Os ministros da área econômica sabem que o modo de produção Capitalista não tem nenhum compromisso com o valor de uso da mercadoria, neste caso como alimento, pois o que realmente interessa é o preço e o lucro a ser obtido (valor de troca) indiferente do destino e do objetivo do produto cultivado. Exemplo claro citado para a agricultura brasileira é a produção recorde (safra 1987) de 18 milhões de toneladas de soja, que cultivada com uma tecnologia de "ponta" e volta

da para o mercado internacional, onde os preços são melhores, coloca o Brasil como o segundo maior produtor de soja do mundo, sem uma preocupação oficial pelo abastecimento do mercado interno de alimentos.

Desta maneira, ao mesmo tempo que as diferenças regionais se agravam, as cidades continuam a receber novas levadas de migrantes que se avolumam nas favelas e subúrbios, e a população, de um modo geral, perde a capacidade de consumir e de se alimentar.

### CAPÍTULO III - A AGRICULTURA EM CATALÃO

#### 1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO

Catalão, com área aproximada de 4.197Km<sup>2</sup>, localiza-se no extremo sudeste do Estado de Goiás.

Distante 265Km da capital do Estado, Catalão ocupa uma posição estratégica na região em que está inserido porque é polarizado por Brasília, Goiânia, Uberlândia, São Paulo e é centro polarizador dos municípios circunvizinhos.

Sua origem está ligada à penetração das entradas e bandeiras, nas primeiras décadas do século XVIII, que tinham por objetivo a captura de mão-de-obra indígena e a busca de riquezas minerais.

Dados históricos demonstram a probabilidade da existência do povoado de Catalão a partir de 1728. Em 20 de agosto de 1859, a vila de Catalão elevou-se à categoria de cidade. O município era constituído pelos distritos de Santo Antônio do Rio Verde, Ipameri, Corumbaíba, Cumari, Goiandira, Ouvidor, Três Ranchos e Davinópolis. Atualmente, apenas Santo Antônio do Rio Verde permanece como distrito, já que os demais emanciparam-se. Catalão possui 3 povoados denominados de Pires Belos ou Vendas, Olhos D'Água e Pedra Branca.

A altitude média do município está em torno de 835m,

existindo alguns pontos que atingem 1.000m (Quebra-Chifre e Serra da Prata). Quanto a topografia, apenas 28% da área total do município apresenta-se uma configuração plana.

O tipo de vegetação predominante é o cerrado, com algumas poucas e importantes "ilhas" de matos remanescentes da floresta tropical subcaducifólia, bem como espécimes de palmeiras (buriti e babaçu). Junto às drenagens, geralmente aparecem matas-galerias. Em algumas áreas, predomina variedade de cerrado conhecido como "cerradão", que se apresenta como uma forma mais evoluída de cerrado.

O clima é caracterizado como sendo o tropical (Mesotérmico Sub-Úmido - Cwa), com regime de chuvas sazonal, predominando as precipitações de primavera-verão e estação seca bem marcada de outono-inverno, variando o índice pluviométrico anual de 1.200 a 1.355mm. Com relação à temperatura, temos os seguintes valores: médias das máximas igual a 28,2°C e média das mínimas, 17,2°C.

O solo origina-se de rochas do pré-cambriano (+5 bilhões de anos atrás), que são os latossolos, próprios dos climas úmidos com estação chuvosa e seca alternadas. Estes solos caracterizam-se por possuir uma coloração vermelha em função da concentração do minério de ferro e da lixiviação das bases trocáveis, tornando-os ácidos.

Na região de Catalão são encontradas as maiores reservas de fosfato e a segunda mais importante reserva de nióbio do Brasil. O fosfato é explorado pelos grupos BRASIMET, PETROBRÁS, METAGO, BNDE e Mineração Catalana. O nióbio, com produção voltada totalmente para a exportação, teve o seu aproveitamento iniciado em 1976. Além destas, Catalão possui, ainda, abundantes reservas de Titânio e Vermiculita.

Quanto aos aspectos populacionais, Catalão possuía, em 1950, uma população de 30.625 habitantes e, em 1960, 25.699, de crescimento justificado pelo desmembramento dos distritos de Ouvidor e Três Ranchos, fato que interferiu também nos valores da população rural. Em 1970, o aumento da população foi pouco significativo em função da emancipação do distrito de Davinópolis, que ocorreu no ano de 1963. A população de então (1970) era de 27.390 habitan-



tes, sendo 15.384 os residentes na zona urbana.

De acordo com os dados oficiais e definitivos, o último Censo Demográfico cadastrou 29.194 pessoas residentes no município. Destas pessoas cadastradas em 1º de setembro de 1980, 19.876 eram do sexo masculino. A zona urbana concentrava o maior contingente, com 30.708 habitantes (78,3%), o que equivalia, naquele momento, uma taxa de população urbana maior que a taxa do país como um todo que, em 1980, possuía 67% da população residindo nas áreas urbanas. A densidade demográfica do município era 9,34 hab/Km<sup>2</sup>.

Segundo estimativas da Agência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Catalão, o município possui, em 1990 aproximadamente 74.000 habitantes, sendo em torno de 66.000 os residentes na zona urbana.

O processo de desenvolvimento econômico do município, ocorrido recentemente, deu-se em decorrência da exploração dos minérios, do cultivo agrícola que vem aumentando bastante, da criação do gado bovino, da instalação de indústrias e usinas de médio e grande porte que, em conjunto, responderam pela ampliação do mercado de trabalho e aceleração do crescimento do município.

## 2. DIMENSÕES DA AGRICULTURA EM CATALÃO

Analisando os aspectos gerais do município de Catalão nota-se que, entre as diversas atividades, tem predominância na economia municipal a produção de leite, as culturas agrícolas e o extrativismo mineral e vegetal.

A madeira constitui o mais importante produto de exploração vegetal, sendo utilizada para a indústria mobiliária, fabricação de dormentes para as vias férreas e carvão, que é enviado para Minas Gerais.

De acordo com os dados fornecidos pelas transportadoras responsáveis pelo transporte do carvão vegetal produzido em Catalão até as principais siderúrgicas da Região Sudeste do Brasil, com destaque para a cidade de Davinópolis (MG), observa-se que a produção catalana de carvão vegetal vem crescendo de maneira substancial.

O desmatamento intenso para produção de carvão vegetal é confirmado pelo setor de licenças de desmatamento do Posto Municipal da Secretaria da Agricultura em Catalão.

Quanto às atividades da pecuária e cultivos agrícolas, o Censo Agropecuário (IBGE) de 1980 cadastrou 5.262 pessoas trabalhando em 1.248 estabelecimentos. Esses estabelecimentos agrupados por faixa de área total e por número distribuem-se de forma in justa (Tabela a seguir).

Semelhante ao Brasil como um todo, Catalão possui uma grande quantidade de pequenos estabelecimentos agropecuários (menos de 100ha) ocupando uma área total muito pequena, enquanto por outro lado, temos um pequeno número de grandes fazendas (de 1.000 a mais ha) respondendo por uma alta participação absoluta e relativa no conjunto das terras.

#### ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE CATALÃO

##### GRUPO DE ÁREA TOTAL

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	NÚMERO		ÁREA	
	ABSOLUTO	RELATIVO(%)	ABSOLUTO(ha)	RELATIVO(%)
TOTAL	1.248	100,0	294.891	100,0
Menos de 100ha	672	53,9	28.254	9,6
De 100 a menos 1000	516	41,3	139.375	47,3
De 1000 a mais ha	60	4,8	127.262	43,1

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO, FIBGE, 1982.

Em 1980, apesar dos estabelecimentos agropecuários somarem uma área total de 294.891ha, apenas 13.499ha estavam ocupados por lavouras temporárias, enquanto para as lavouras permanentes era ainda mais baixa a área total ocupada (566ha). Disto pode-se concluir que, em 1980 aproximadamente 95% das terras dos estabe

lecimentos agropecuários de Catalão eram ocupados para fins de pecuária ou para fins especulativos.

Quanto ao uso da terra atual (tabela), é digno de nota a grande quantidade de áreas destinadas aos cultivos agrícolas que, no momento perfazem um total de 28.350 hectares, sendo que, para as culturas permanentes (café, cana e outros) continua ainda muito baixa a área total utilizada.

Catalão possui condições de aumentar em muito a produção do setor agrícola, pois, apesar do aumento recente das áreas ocupadas pelos cultivos agrícolas, as terras de maior fertilidade do município, localizadas ao norte (morro Agudo, Macaúba, Ustódia, Mata Preta, Pires Belo, etc) e ao sul (Bacia do Rio Paranaíba) da sede administrativa municipal, ainda permanecem quase que totalmente inaproveitáveis, permanecendo, de maneira clara, como áreas de "reserva de valor.

#### USO DA TERRA - CATALÃO - 1987

DISCRIMINAÇÃO DO USO	QUANTIDADES	
	ABSOLUTA(ha)	RELATIVA (%)
Cultivos Agrícolas	28.350	6,75
Matas	6.500	1,55
Pastagens Artificiais	123.000	29,31
Pastagens Naturais	212.000	50,51
Reflorestamentos	8.200	1,95
Várzeas Irrigáveis	1.200	0,29
Outros	40.450	9,64
TOTAL	419.700	100,00

FONTES: EMATER-GO - Escritório local de Catalão, 1988.

FIBGE - Agência de Catalão, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO, 1988.

Em relação à produção agrícola de Catalão nota-se que, nos últimos anos os principais produtos plantados e colhidos foram e ainda são soja, arroz e milho (tabela a seguir).

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - CATALÃO - 1981

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA(ha)	QUANTIDADE (t)
Milho	2.500	4.000
Arroz	3.766	1.890
Soja	1.178	1.770
Tomate	41	1.640
Alho	110	660
Feijão	1.573	290
Outros	810	*

FONTE: COLEÇÃO DE MONOGRAFIAS MUNICIPAIS - FIBGE - 1984

(1) Em outros incluem-se a cana-de-açúcar, mandioca, trigo, melancia, café, laranja e tangerina.

(\*) Dado não disponível.

ÁREAS DE CULTIVO FINANCIADAS/BANCO DO BRASIL  
CATALÃO - JANEIRO A NOVEMBRO (1987)

CULTURAS	ÁREAS (ha)
Soja	11.937
Arroz	4.719
Milho	1.407
Alho	132
Feijão	25
Tomate	24
Maracujá	10
Outras	32

FONTE: RELATÓRIO BANCO DO BRASIL - CATALÃO - 1987

OBS: O Banco do Brasil responde por 90% do crédito agrícola oferecido ao município.

## PRODUÇÃO AGRÍCOLA - CATALÃO - 1987

CULTURA	PRODUTORES	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)
Soja	25	15.000	26.000
Arroz	540	6.800	6.800
Arroz irrigado	80	45	270
Milho	300	3.000	
Mandioca	350	310	5.400
Cana	18	70	4.650
Tomate	25	40	2.800
Alho	130	143	1.400
Feijão	150	470	600
Maracujá	*	20	330
Café	20	400	200
			30

FONTES: PROATER - EMATER/GO, Catalão, 1988

FIBGE - Agência de Catalão, 1988

(\*) Dado não disponível

Sob o ângulo histórico, observa-se que, de maneira geral na década de 80, houve o aumento das áreas plantadas, das quantidades colhidas e das produtividades obtidas das principais culturas de Catalão. Como exemplo temos o cultivo de soja, primeiro em área e em produção, que vinculado ao mercado internacional, atualmente é explorado com uma tecnologia de "ponta", a altos custos, por apenas 25 produtores numa área superior a 15.000 ha.

Com exceção a cultura da soja e uma parte da cultura do arroz, todos os produtos agrícolas de Catalão são, cultivados nas pequenas e médias propriedades agrícolas, onde o trabalhador familiar se faz presente de maneira in-ensa. Merece aqui destacar que um programa (Prefeitura Municipal/EMATER-GO) de incentivo à irrigação, de apoio técnico e de estímulo para o uso de sementes selecionadas vem respondendo por uma elevação da produtividade agrícola dos pequenos e médios proprietários de terras.

Entretanto, se por um lado os recursos técnicos tem

sido timidamente oferecidos, por outro lado o mesmo não acontece com os recursos financeiros.

Diante de uma criteriosa análise das condições necessárias para a utilização do financiamento agrícola, bem como da tabela de produção agrícola de Catalão em 1987 e da tabela das áreas de cultivos financiados pelo Banco do Brasil para o mesmo período fica claro que grande parte dos recursos financeiros destinados ao setor agrícola de Catalão são emprestados aos grandes proprietários de terras que trabalham com as culturas de soja e de arroz, as quais estão localizadas principalmente na região do distrito de Santo Antônio do Rio Verde.

No que se refere ao distrito de Santo Antônio do Rio Verde cabe aqui acrescentar que, historicamente, esta área situada a nordeste da sede administrativa do município de Catalão sofre influências, no início do século passado, da rica região mineiradora de Paracatú (MG) e tinha até pouco tempo atrás as suas atividades voltadas, de maneira mais forte, para a pecuária extensiva e para a agricultura de subsistência.

Aspectos físicos tais como abundância de cursos d'água e topografia plana aliada aos baixos preços das terras e à expansão do Capitalismo Monopolista do Centro-Sul (macrorregiões Sul e Sudeste) para o Centro-Oeste do Brasil responderam pelo processo de ocupação intensa da região do distrito de Santo Antônio do Rio Verde que hoje encontra-se com as suas áreas concentradas nas mãos de poucos agricultores que, diante de uma alta mecanização e da criação de uma infra-estrutura de apoio pelo setor público, alcançam enormes produções com boas taxas de produtividade (Kg/ha).

Ainda quanto à produção agrícola e sob as luzes dos dados de escritório local da EMATER-GO, verifica-se que, apesar de incentivadas, as lavouras irrigadas do município estão em poucas áreas, merecendo ser citado apenas as culturas de tomate, alho e arroz, sendo que, destas o alho ocupa a maior área plantada com 120 ha.

A "supersafra" (600 t) de alho alcançada em 1987 no município de Catalão respondeu pela baixa de preço (valor de troca) desse produto levando muitos produtores à falência. Para agra-

var ainda mais a situação dos produtores de alho do município, assim como para os do Brasil em geral, veio a concorrência, a nível de mercado, do alho em pó importado pelas grandes indústrias de tempero.

O arroz irrigado ainda com uma área ocupada muito pequena e com uma produtividade 06 vezes melhor que o arroz de sequeiro vem se tornando uma importante fonte de renda dos pequenos e médios produtores do município como um todo e tudo indica que num futuro próximo suas áreas plantadas aumentarão consideravelmente.

Catalão, a exemplo do Brasil, também possui agricultores vinculados às exigências do setor industrial. observa-se aqui, a presença de plantações de maracujá com ligações diretas às fábricas produtoras de suco da cidade de Araguari (MG). São feitos contratos entre os agricultores e o setor da indústria de sucos, onde os primeiros se enquadram dentro dos padrões técnicos exigidos e assumem a responsabilidade de fornecer os frutos para a indústria. Por outro lado, as fábricas fornecem assistência técnica completa e assumem o compromisso de compra.

De maneira geral, os agricultores tem perdido, pois os compromissos de compra não tem sido cumpridos nos anos de colheitas abundantes, o que nos últimos anos tem ocorrido com frequência.

Para o setor agrícola de Catalão, além do já citado, verifica-se também, um aumento das áreas ocupadas com horticulturas, as quais são cultivadas por pequenos produtores, sem acesso ao crédito rural, através do processo de arrendamento de terras, o que, quase sempre, leva a uma procura contínua de novas terras ao término dos arrendamentos realizados.

No que diz respeito a pecuária o simples fato da pastagem natural ser a forma predominante de utilização da terra, não significa, necessariamente, que tal espaço seja ocupado totalmente por uma pecuária extensiva, não sendo encontrada nenhuma propriedade igual ou maior a 10.000ha.

Em Catalão, tem-se o predomínio das pequenas e médias propriedades voltadas para a criação do gado bovino, princi-

palmente do tipo azebuado, destacando-se as raças Gir e Mestiços para fins de produção de leite.

No ano de 1987, o rebanho do gado leiteiro era de 84.470 cabeças, onde cada vaca respondeu por uma produtividade média de 450 litros de leite/ano, enquanto, por outro lado, o rebanho de gado bovino voltado para a produção de carnes era constituída de 45.530 cabeças.

#### PRINCIPAIS CRIAÇÕES - CATALÃO - 1987

CRIAÇÕES	Nº DE PRODUTORES	REBANHO (CABEÇAS)
Bovinos de corte	290	45.530
Bovinos e leite	953	84.470
Suínos Banha	830	16.600
Suínos Carne	06	1.500
Aves Postura	100	1.500
Aves Corte	95	4.750
Ovínos e Caprínos	15	620

FONTES: PROATER - EMATER-GO, Escritório local de Catalão - 1988  
FIBGE - Agência de Catalão, 1988.

Segundo informações do Sindicato Rural de Catalão e do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-GO) a degradação das poucas pastagens formadas devido, principalmente, a grande quantidade relativa de gado colocado, aliado à mineralização incorreta do rebanho e ao esquema falho na prevenção das principais doenças infecto-contagiosas foram e ainda são os principais problemas enfrentados pelos criadores, problemas estes que devem ser resolvidos através de adoção de tecnologia adequada e maior divulgação de conhecimentos para os produtores rurais que possuem poucos recursos financeiros.

Através de um Programa de Assistência e Extensão Rural (PROATER) realizado em conjunto, pela EMATER-GO e pela Prefei-



tura Municipal, muitos produtores estão despertando no sentido de melhorar a alimentação do gado na seca através da utilização de silagem e do uso de forragens como aveia, feijão gandu e outros.

É pensamento dos técnicos do PROATER (EMATER-GO) que o próximo passo em benefício dos médios e pequenos criadores seja a introdução gradativa de reprodutores especializados para leite, visando a melhoria do padrão zootécnico do rebanho que aliado a uma boa alimentação no período seco venha aumentar de maneira significativa a produção de leite no município, a qual em 1987, atingiu a produção total de 15.165 mil litros de leite, o que representou um aumento aproximado de 45% em relação à produção do ano de 1981.

Quanto às criações de suínos há o predomínio do tipo banha com pouca tecnologia aplicada e com consumo voltado basicamente para o uso familiar (subsistência). Com a mesma finalidade a avicultura baseia-se em galinhas caipiras, criadas soltas nos fundos dos quintais.

Para as criações dos rebanhos de ovinos e caprinos existentes no município tem-se um baixo número de produtores que responde por um rebanho total muito pequeno.

Verificando o número total de gado bovino existente no ano de 1981 (120.920 cabeças-FIBGE) e fazendo uma análise do setor da pecuária como um todo, pode-se concluir que a pecuária catãlana não acompanha os altos índices de crescimento verificados nos cultivos agrícolas a partir de 1980

## CONCLUSÕES

O processo da industrialização da agricultura brasileira ocorrida a partir de 1960 e que foi responsável pela expansão do modo de produção capitalista na agricultura se faz presente de maneira mais intensa, a partir do final da década de 1970 no município de Catalão.

A partir deste período temos a vinda de "novos proprietários de terras para Catalão. A maioria destes, que a partir de então chegam, são antigos proprietários rurais da região Cen-

tro-Sul do Brasil que venderam suas terras a altos preços e adquiriram vastas áreas, principalmente na região do distrito municipal de Santo Antônio do Rio Verde.

Apesar da falta de dados definitivos e oficiais, tu do leva a crer que o processo de concentração de terras verificado, para Catalão, no Censo Agropecuário (FIBGE) de 1980, intensificou-se ainda mais nos dias atuais.

Em 1980, apenas 4,8% do número total dos estabelecimentos agrícolas do município respondiam por 43,1% da área total ocupada. No outro extremo, as pequenas propriedades, 53,9% dos estabelecimentos, respondiam por uma área ocupada de apenas 9,6% em relação à área total.

Merece aqui lembrar uma vez mais, que além disso as melhores terras do município estão, na sua quase totalidade, voltadas para a pecuária extensiva onde a produtividade existente é baixa.

Desta maneira, as terras de Catalão que, assim como as do Brasil, deveriam ter uma função social, produção de alimentos e de produtos para a indústria, encontram-se, em grande parte, subutilizada e voltada para a formação de "reservas de valor".

Se por um lado a concentração de terras é notória, por outro lado, a grande quantidade de estabelecimentos comerciais voltados para a venda de produtos agrícolas e o significativo aumento de tratores e máquinas agrícolas que, em 1980, era de 52 unidades e hoje atinge um total de quase 300 unidades, mostra que, a exemplo do que ocorreu nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, grande parte da agricultura Catalana está deixando de ser uma atividade dependente apenas das condições naturais do solo e clima para ser cada vez mais da indústria produtora de insumos, da indústria de máquinas e equipamentos e da indústria processadora de produtos agrícolas.

Assim, de uma agricultura produtora de alimentos, voltada para a subsistência dos pequenos agricultores e o abastecimento do mercado interno do país, Catalão assistiu a uma profunda alteração da base técnica de sua produção agropecuária.

As relações de dependência recíproca, estabelecidas entre as fábricas produtoras de suco de fruta e os agricultores voltados para o cultivo de maracujá, a grande quantidade de fertilizantes e agrotóxicos consumidos atualmente nas grandes plantações de soja e arroz, o substancial aumento da produção agrícola municipal e a baixa quantidade de empregos gerados na agricultura de Catalão comprovam o acima citado.

Quanto ao substancial aumento da produção agrícola, observa-se que no ano de 1981 ao ano de 1987 a quantidade total colhida aumentou cerca de cinco vezes e que este significativo aumento é fruto, sobretudo, das grandes extensões das áreas plantadas com soja. De um total colhido, em 1981, de 1770 toneladas (1178 ha de área colhida) a soja passou, em 1987, para uma produção total de 26.000 toneladas (15.000 ha de área colhida), o que representou aproximadamente 55% da colheita de todos os cultivos agrícolas do município, naquele ano.

Para se ter uma idéia do crescimento do cultivo de soja em Catalão, pode-se citar o fato de que em 20 anos, de 1960 a 1980, as áreas ocupadas pelo cultivo de soja no Brasil apresentaram um aumento de 390% enquanto apenas nos últimos 07 anos, para Catalão, o mesmo aumento foi da ordem de 1.250%.

Apesar de não ter as suas áreas cultivadas aumentadas nos mesmos percentuais que a soja, a produção de arroz também cresceu, de maneira significativa, no município de Catalão. Passou de um total de 1890 toneladas (1981) para uma produção aproximadamente de 7.000 toneladas (1987), o que em termos relativos, representou um aumento perto dos 400% num período de 07 anos.

Cabe aqui acrescentar que o arroz de sequeiro predomina sobre o arroz irrigado e que um trabalho conjunto entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-GO) e a Prefeitura Municipal vem incentivando o uso das várzeas para o aumento da produção e da produtividade do arroz e outros produtos agrícolas em Catalão.

A produção agrícola de Catalão cresceu cerca de cinco vezes, todavia nos últimos anos a quantidade de empregos gerados para o setor agropecuário foi muito pequena, donde se conclui que o aumento da produção ficou, sobretudo, por conta das inova-

ções tecnológicas.

Além do mais, Catalão possui poucas lavouras de café, cana, algodão e outras que geralmente respondem por uma elevada quantidade de empregos no período das colheitas. Aliado a isto a pecuária catalana responde por um número de empregos muito pequeno e a força de trabalho familiar assim como acontece no Brasil, representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agropecuária do município.

Como resultado do complexo processo citado tem-se a expulsão do homem do campo e a intensa urbanização municipal nos anos pós 1980, processo este intensificado ainda mais pela oferta de empregos gerados pelas firmas mineradoras instaladas em Catalão.

Desta maneira, Catalão que em 1980 possuía uma população rural em torno de 22%, possui nos dias atuais (1988) cerca de apenas 10% da sua população total residindo na zona rural.

Pode-se aqui citar algumas medidas tomadas pela atual administração municipal que sem as quais, provavelmente, o êxodo rural teria sido ainda maior. Merecem destaque os ônibus escolares que circulam, diariamente, para o transporte de ida e volta dos alunos da zona rural que estudam na zona urbana, a instalação de Escolas de Técnicas Agrícolas na zona rural, o apoio dado pelo empréstimo gratuito de máquinas para as pequenas propriedades agrícolas, a formação de comunidades rurais organizadas, o transporte também gratuito da mudança para as famílias que querem sair da cidade e ir morar na zona rural, entre tantas outras medidas que devem ser aplaudidas e continuadas pelas próximas administrações.

Se muitas medidas tomadas pelo poder público merecem elogios e sequência de trabalho, contraditoriamente, outras devem ser repensadas e analisadas pelas próximas administrações. É o caso da criação de uma grande infra-estrutura de apoio (estradas, pontes, redes de eletrificação rural, etc) que, na maioria das vezes acabou beneficiando um número reduzido de grandes propriedades de terras.

Paralelamente ao apoio dado aos grandes agricultores, que quase sempre estão ligados ao mercado externo, os gover-

nos (federal, estadual e municipal) devem responder ao chamado para a produção de alimentos incentivando e dando condições de trabalho aos pequenos proprietários de terras do país que, de maneira generalizada, estão totalmente desprovidos de recursos e apoio técnico-tecnológico.

Um exemplo claro da falta de apoio para os pequenos produtores de alimentos, responsáveis pelo abastecimento do mercado interno de alimentos do país, é o atual pensamento do governo brasileiro em dar fim aos Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural realizadas pela EMATER em centenas de municípios brasileiros, inclusive Catalão, quando o que deveria ser feito é justamente o contrário: melhorias dos programas e aumento dos escritórios da EMATER voltados para os médios e pequenos agricultores brasileiros.

Além do apoio financeiro e do apoio técnico-tecnológico, os órgãos responsáveis pela agricultura e pela defesa ambiental devem, conjuntamente, se empenharem para fazer valer as leis de proteção do meio ambiente, bem como aplicar recursos voltados para uma tomada de consciência (processo educativo) de todos no que diz respeito à preservação da relação existente entre o Homem e a Natureza.

Todos deverão ser esclarecidos que apesar de possuem leis distintas Homem e Natureza mantém uma relação de interdependência que deve ser respeitada e que o próprio Homem antes de um ser social (relações de trabalho) é um ser natural.

O péssimo exemplo de Catalão, onde as matas praticamente não existem mais, deve servir para chamar a atenção para que o mesmo não venha repetir em outros municípios do Estado e do país.

Chegou-se ao absurdo de um município pouco povoado e com terras quase que totalmente subutilizadas possuir uma pequena área total de reflorestamento superior ao conjunto de todas as poucas áreas de matas existentes.

Os efeitos nocivos da grande quantidade de agrotóxicos aplicados, principalmente, nas monoculturas da soja e do arroz também devem ser analisados concomitantemente à proposição de

métodos mais racionais (cultivo direto e outros) para um adequado uso da terra.

Como conclusão geral pode-se afirmar que o papel de de sempenhado pela agricultura no processo de desenvolvimento municipal, estadual, federal e mundial tem sido uma questão mais política do que técnica.

Catalão quintuplicou sua produção agrícola em 07 anos... O Brasil alcançou três supersafras consecutivas... As reservas atuais de alimentos no mundo chegam a uma cifra estimada em torno de 500 milhões de toneladas de grãos, quantia esta suficiente para alimentar toda a legião de famintos da terra por dois anos.

Entretanto, não obstante o generalizado aumento das produções e das produtividades agrícolas, a fome permanece no mundo ao lado de uma renda nacional e internacional distribuída injustamente. Desta maneira, a agricultura não tem cumprido seu papel, nem como colaboradora do processo de desenvolvimento, nem como fornecedora de alimentos.

Que o presente trabalho seja voltado para a formação de um novo modo de pensar, onde o valor de uso (alimentação, saúde, educação e trabalho) seja o verdadeiro objetivo da agricultura e que o modo capitalista de pensar, cultura de lucro (valor de troca) constituída, comece a desaparecer.

FORMAR UM NOVO HOMEM, SAUDÁVEL E SOLIDÁRIO, É PRECISO.

## BIBLIOGRAFIA

- AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Dostas. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. Reforma agrária. O campo em chamas. Rio de Janeiro, Terceiro Mundo, 94, 18-28, outubro, 1986.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1980 - GOIÁS. Rio de Janeiro, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, FIBGE, 1982.
- COLEÇÃO DE MONOGRAFIAS MUNICIPAIS - CATALÃO-GO. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Nova Série nº 60, 1984.
- DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- GONÇALVES, Carlos Porto. Paixão da terra. Rio de Janeiro, Rocco-Socil, 1984.
- GUIMARÃES, A. Passos. A crise agrária. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- HUBBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 9ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo, 1980.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- OLIVEIRA, A. Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo, Ática, 1986.
- RELATÓRIO DO BANCO DO BRASIL. Áreas cultivadas financiadas, Catalão, Setor Rural do Banco do Brasil, novembro 1987.
- RELATÓRIO PROATER - ANO 1987 - CATALÃO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1988.

REVISTA VEJA. Soja. São Paulo, abril nº 18, maio 1988.

SILVA, José Graziano da. O que é a questão agrária. 14ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SOARES, Alcides Ribeiro. Princípios de economia política. São Paulo, Global Universitária, 1985.

VERRIERE, Jacques. As políticas de população. São Paulo, Difel, 1980.





CENTRO EDITORIAL E GRÁFICO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
Campus Samambaia – Caixa Postal 131  
Fones: (062) 205-1015 e 205-1144 – Ramal 187  
CEP 74.410 – Goiânia – Goiás – Brasil  
1990

---